

Bolonha: Regressão ou progressão

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto
27.Outubro.04

A discussão sobre a aplicação em Portugal da reforma curricular associada ao chamado processo de Bolonha entra finalmente na fase da controvérsia. É bom sinal! Depois de vários anos de dormência generalizada, finalmente temos alguns sinos a tocar a rebate: Sim, o ensino superior vai mudar!

Assistimos nos últimos decénios a um enorme aumento da procura de ensino superior. Acompanhámos assim a tendência verificada em todo o mundo desenvolvido, apenas com o atraso que nos é peculiar. O aumento foi enorme mas a taxa de cobertura é ainda baixa relativamente às médias europeias. O ensino superior continua “protegido” pelo enorme abandono escolar ao longo da escolaridade básica e do ensino secundário. A taxa de cobertura escolar do nível terminal do secundário é, entre nós cerca de metade da que já se verifica noutros países europeus. A França tem uma taxa já próxima da média europeia e propõe-se chegar à linha da frente com uma estratégia significativamente intitulada “Pour la réussite de tous les élèves”. Também entre nós isto tem de mudar rapidamente. Para acolher esta duplicação do número de estudantes temos de diversificar imenso as formações ao nível terminal do ensino secundário e no pós-secundário e superior. Temos de abandonar o politicamente correcto e oferecer aos nossos jovens uma educação adaptada às suas necessidades, inclinações e capacidades pessoais e capaz de assumir-se como factor de desenvolvimento económico e social.

Bolonha tem a ver com esta transformação da nossa sociedade, com os novos papéis que o ensino superior tem de desempenhar e também com uma maior inteligibilidade do ensino superior europeu no exterior. A grande maioria dos 40 países europeus participantes no processo introduziu já algum tipo de reforma não tendo nunca a consequência directa de um abaixamento da despesa pública com o ensino superior. Isto não quer dizer que a denúncia do processo de Bolonha como um instrumento de desmontagem do serviço público de ensino superior esteja a aparecer pela primeira vez. Nem aí temos originalidade! A mesma cartilha foi já usada noutras paragens. Portugal tem naturalmente de aumentar o financiamento público do ensino superior. A participação é ainda baixa e a despesa é baixa, mesmo em relação ao nosso pobre PIB. Mesmo pondo de lado a ideologia ou a teoria económica, teremos de aumentar a participação e isso não pode ser acompanhado de regressão do apoio público. Caberá ao MCIES conseguir este milagre em tempos em que as prioridades parecem ter migrado para outros sectores onde a nossa despesa pública é já demasiado alta e onde o dinheiro não vai melhorar a eficácia. Se outros sectores da administração pública têm problemas que não se resolvem com dinheiro, também no ensino superior temos de pedir maior estabilidade nas políticas e uma visão de longo prazo que não tem existido. A nossa sobrevivência na Europa depende de uma rigorosa política de qualidade que está no discurso oficial mas não está ainda nas políticas concretas.

No Público do passado dia 27 de Outubro, o Professor Fernando Rosas declara do alto da sua cátedra o sistema “3+2” como “verdadeira subversão destruidora”! Provavelmente foi beber esta límpida filosofia às praias do mar Egeu onde se encontram os melhores parceiros destes temores que já foram desmentidos em muitos países bem mais próximos de nós. Dos países mais próximos, a França é aquele onde esta reorganização curricular foi já melhor testada. É certo que o processo de reforma

acarreta muito trabalho e muita discussão interna nas universidades e que alguns se ficam pela praia a ver o barco avançar mas uma análise cuidada do que já está feito e dos seus resultados (certamente provisórios) deixa uma imagem bem diferente. A reorganização curricular é vasta mas não se perdeu a possibilidade de “ler” o novo sistema com os olhos antigos. Está a fazer-se a grande revolução sem cair na tentação fácil de destruir o antigo antes de ter o novo de pé. Tudo é diferente para quem vive dentro das universidades. Tudo pode ser entendido pelos velhos cânones por quem está cá fora. Não será difícil conseguir fazer o mesmo entre nós: Corrigir muitos dos erros do nosso sistema que todos conhecemos; torná-lo mais compatível com o que se passa entre os nossos vizinhos; melhorar a qualidade e a diversidade do sistema; acolher os jovens que aspiram a cumprir aqui a vocação humboldtiana da universidade; dar resposta aos novos públicos que nos procuram. Este é o desafio e todos são precisos para construir as novas soluções. Todos os que possam estudar, ouvir, criticar, construir.

O modelo de organização do ensino superior que se afirma na Europa é diferente do Americano. É diferente do Inglês. Pretende-se que seja compatível com eles mas mesmo isso não está totalmente assegurado. Será melhor? Não é certo e outros poderiam ser desenhados. Talvez melhores. A realidade é que isto já não está agora em discussão. O processo de transformação iniciado em 1998 assumiu já contornos claros embora muito flexíveis. O que se discute agora em Portugal é como a realidade nacional e as preocupações específicas do nosso desenvolvimento podem ser melhor servidas por um sistema de ensino superior que seja compreensível pelos nossos parceiros. Será algo baseado num “3+2” mas adaptado às necessidades dos nossos jovens e da sociedade e não aos caprichos das instituições. Ao MCIES cabe gerir esta mudança e não poderemos arremessar a pedra dúbida da autonomia para fazer vingar os caprichos do momento. A autonomia é crucial para que cada instituição melhore o seu desempenho, sirva melhor a sociedade em que está integrada. Cabe ao governo criar um quadro de exercício dessa autonomia para que todas as instituições de Valença a V. R. de Santo António, de Vilar Formoso a Sta. Cruz das Flores possam servir melhor os seus públicos. Se não podemos oferecer economias ao Ministro das Finanças, temos de aceitar que nos exijam melhor serviço público para que possamos atender as necessidades de uma faixa mais alargada de estudantes sem que os nossos melhores sejam obrigados a ir procurar noutras paragens a educação de nível superior a que têm direito. O desenvolvimento do país exige esta diversidade de respostas.